

ID: 123420844

08-06-2026

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

# “Há milhares de declarações de IRS por liquidar”

Embora no início da campanha de IRS, com as declarações automáticas, as notas de liquidação tenham sido rápidas, agora já não é bem assim. Há atrasos e muitos milhares de declarações de IRS entregues que aguardam validação por parte dos serviços da AT, diz Paula Franco.

**FILOMENA LANÇA**

filomenalanca@negocios.pt

**ROSÁRIO LIRA**

Antena 1

**SÉRGIO LEMOS**

Fotografia

Os reembolsos de IRS estão mais curtos, mas as retenções na fonte ao longo de 2025 também foram menores e, portanto, há um equilíbrio, lembra a bastonária dos Contabilistas Certificados. O IRS tem vindo a descer, sublinha, e há condições para que isso volte a acontecer este ano, acrescenta.

**A um mês do fim da entrega das declarações de IRS, como tem decorrido a campanha?**

Está a decorrer com tranquilidade, apesar de haver muitas declarações por liquidar, que é uma ansiedade enorme para os contribuintes. Há sempre a expectativa de um reembolso rápido e, de facto, aconteceu nos primeiros momentos, principalmente para quem entregou declarações automáticas, que foram relativamente rápidos a liquidar. Agora quase parou e há

muitas milhares de declarações por liquidar, o que cria sempre uma certa ansiedade. E traz constrangimentos, até para nós contabilistas. Porque os clientes pressionam, para saber, e porque há muitos acessos dos contribuintes ao site, para verificar [o ponto de situação], causando bloqueios. Portanto, não é desejável e é um dos pontos negativos que temos. Há atrasos nas validações dos modelos 22, há atrasos nas validações do IRS e isto depois causa muitos constrangimentos desnecessários.

**E o que é que está a provocar esses atrasos?**

Não temos noção do que é. Claro que há sempre questões mais complexas a nível do IRS que podem atrasar essas liquidações, mas de uma forma geral elas estão atrasadas nesta altura. O contribuinte recebeu logo a sua informação de que a declaração até está certa, mas ela não está liquidada e, portanto, ainda não tem o reembolso ou o valor a pagar. Isso está a demorar.

**Tem ideia qual é a demora em média?**

Para já, elas estão paradas. As primeiras declarações foram rápidas, as automáticas, e agora as outras, pelo menos as que conheço, estão praticamente todas por liquidar.

**O que é que antecipa em matéria de reembolsos?**

A retenção na fonte diminuiu, portanto, aquilo que adiantamos ao Estado diminuiu e isso tem consequência nas contas finais, em que o reembolso de quase todos os portugueses diminuiu. Já diminuiu nos últimos anos e continuará a diminuir agora em relação a 2025. Aquela poupança forçada que os portugueses tinham, deixaram de ter e qualquer um de nós já tem esse dinheiro no bolso. Por vezes é difícil explicar, mas o IRS tem vindo a diminuir gradualmente nos últimos anos. O reembolso é muito menor ou até muitos cidadãos têm que pagar, o que causa sempre ali algum desgosto, eu diria, nestas contas finais.

**E do seu ponto de vista, há margem para continuar essa descida do IRS?**

Estamos numa situação de um impasse, em que temos, de facto, a receita a diminuir em algum ponto, a questão do défice a ser controlado e efetivamente, o IRS tem um impacto grande. Mas não podemos descurar o aumento significativo dos salários que tem existido, por via do aumento do salário mínimo, que, claro, impulsionou o salário médio, que tem subido bastante – quase 500 euros nestes últimos dois anos, é um valor muito elevado. E a receita de IRS também tem sido compensada por este facto. Claro que temos depois medidas muito específicas,

como é o caso do IRS Jovem, que realmente tem um impacto significativo, porque desceram bastante os impostos para os jovens. Este equilíbrio é difícil, mas se nós analisássemos só o IRS em si acho que havia margem para continuar a descer, porque com o aumento dos salários, a receita ficava mais ou menos equilibrada. Acho que há margem para isso, percebendo, obviamente, que são decisões muito políticas em relação ao equilíbrio que tem de existir.

**A OCDE recomenda Portugal a reduzir a carga fiscal dos salários mais baixos, mas subindo em contrapartida a carga fiscal sobre a propriedade e eliminando algumas**

**isenções fiscais ineficazes. Qual é que poderia ser a contrapartida? É esta ou outra?**

A contrapartida tem de ser aumentar a riqueza, aumentar o rendimento, aumentar os resultados das empresas, aumentar tudo aquilo que contribui, e não estamos a atuar no sentido de tributação por tributação. O que se tem de aumentar em Portugal é, de facto, o rendimento de todos, dos portugueses. E aumentar a receita com essa base. E libertar as empresas de muita burocracia, que é um dos problemas que temos, e permitir que elas cresçam, que criem riqueza, que paguem melhor, que tenham melhores salários e, consequentemente, exista mais imposto arrecado. ■

## Carteira digital para as empresas está parada desde janeiro

A bastonária dos Contabilistas Certificados diz que, apesar dos novos sistemas tecnológicos, estamos cada vez mais burocráticos e que a reforma do Estado teima em não sair do papel.

**Que expectativa tem em relação à reforma do Estado?**

Tenho uma expectativa enorme e estamos num ponto

em que é precisa uma grande reflexão. Temos imensa tecnologia, a informática nunca evoluiu tanto, temos a inteligência artificial, mas por muita tecnologia que se tenha, por muitos mecanismos hoje que poderiam facilitar a vida, nós sentimos na prática exatamente o contrário. Temos sistemas mais burocráticos, maior exigência, menos tempo, não conseguimos cumprir tudo e, portanto, tem de se

**“Há atrasos nas validações dos modelos 22, e do IRS e isso causa constrangimentos desnecessários.”**

**“O que se tem de aumentar em Portugal é o rendimento de todos e não os impostos.”**



parar para pensar o que é que está a ser feito mal. Com tantos recursos, com tanta tecnologia, como é que estamos pior? Aqui a reforma do Estado tem de olhar para isto como um todo e acho que o ministro da Reforma do Estado tem transmitido muito isto. A interoperabilidade entre os vários sistemas públicos, para não haver repetição de informação, para não haver repetição no cumprimento de várias obrigações é importantíssima. Mas continuo a sentir que, ainda assim, não está a ser feito de uma forma global. Os serviços públicos ainda trabalham muito cada um por si e não trabalham em conjunto. Espero que esta reforma do Estado consiga fazer esta diferença (...), eu não vejo é os resultados, que é sentirmos na prática esta redução de excessos de burocracia, a eliminação de redundâncias. Vemos muitos discursos neste sentido, mas ainda não sentimos na

prática. E o meu receio é este. Por exemplo, na contabilidade cada vez temos mais obrigações. Estamos mais sobrecarregados e isso não se justifica com as tecnologias que existem. Eu espero que de uma vez por todas se olhe em termos globais e que se consiga fazer uma verdadeira reforma em que se eliminem muitas destas situações e que saiam do papel, mas saiam do papel com rapidez.

#### O que parece não ser fácil.

É muito difícil em Portugal porque cada setor público parece que não quer prescindir daquilo que tem. E eu acho que este é um ponto muito difícil. Continuam a existir muitas quintinhas, uma dificuldade muito grande em partilhar. E repare, eu não sou completamente favorável à partilha de tudo, porque eu acho que também temos de ter o cuidado na partilha.

Mas dou-lhe um exemplo: a carteira digital, que é algo para mim muitíssimo positivo, uma das grandes medidas deste Governo, que foi lançada em janeiro, e em que fomos pioneiros até perante a União Europeia, porque é um projeto comum, e que tem tanto para explorar, ainda não avançou muito mais.

Há muito a avançar, mas desde janeiro até agora, estamos em junho, ainda não avançou quase nada. E é isto que não pode acontecer. E há um pormenor muito importante, que é não se perceber como é que as empresas funcionam. Muitas das decisões não são feitas com base no funcionamento geral do

objetivo final que se quer alcançar.

#### Como é que isso se resolve?

Primeiro o Estado tem de trabalhar muito mais para o cidadão e para as empresas, em vez de ser o contrário. Neste momento o que temos é exatamente as empresas e o cidadão a trabalhar para o Estado. E temos de inverter este equilíbrio. E isso pode passar por olhar para o objetivo final. Voltando ao exemplo da carteira digital: está disponível ao empresário, mas não é o empresário que faz a maior parte daquelas obrigações. Portanto, falta ali um pormenor muitíssimo importante, que é a possibilidade de ele permitir a outros aquele acesso. E isto é fundamental. Se isto não existir, a carteira digital morre por si só. O dar o consentimento a outros é fundamental, mas o modelo não o permite atualmente. ■

**“A carteira digital foi lançada em janeiro, mas até agora ainda não avançou quase nada.”**

**“Continua a haver, no setor público, muita dificuldade em partilhar.”**

ID: 123420844

08-06-2026

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

# “Reinvestimento das mais-valias é a medida com maior eficácia”

O pacote fiscal para a habitação é positivo, mas não é ainda “o milagre” que é preciso para resolver a crise que o país enfrenta, avisa Paula Franco. De entre as medidas, a bastonária destaca, como “mais imediata” a da isenção de IRS no reinvestimento das mais-valias.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA

Antena 1

SÉRGIO LEMOS

Fotografia

Existem muitas condições em matéria de aplicação do novo pacote fiscal para a habitação. Isso significa que é preciso ter muito cuidado, sob pena de, no final, não estarem reunidos os requisitos para os contribuintes poderem beneficiar das descidas de impostos, avisa Paula Franco.

**Em termos gerais, como olha para o novo pacote fiscal para a habitação?**

Nós temos um problema gravíssimo de falta de habitação, com consequências para todos e transversal a toda a sociedade, quer aos que têm mais, quer aos que têm menos. Os governos têm-se preocupado com medidas para incentivar mais a oferta e trazer quase aquela medida milagrosa para resolver este assunto. E nós sabemos que o milagre ainda não veio, não existe, e não será este pacote de habitação que o traz. Mas as medidas que são criadas neste sentido são sempre positivas. Este pacote de habitação incentiva algumas casas a virem para o mercado e a haver mais oferta, é sempre positivo. Estas medidas não trarão a tal resolução rápida, mas ainda assim são todas elas necessárias.

**Qual é a medida que destaca?**

O que me parece, por ser também a medida mais imediata, é a possibilidade do reinvestimento das mais-valias em casas que se destinem ao arrendamento com rendas até 2.300 euros. Eu acho que esta é a medida mais imedia-



ta, porque o pacote da habitação tem vários incentivos para que a oferta aumente. Tem, por exemplo, a redução da tributação dos senhorios.

**Uma descida para 10%, contra os anteriores 25%.**

É muito significativo. Embora já existissem taxas reduzidas para contratos mais longos, agora não

há qualquer limitação. E isto pode ser um incentivo. Mas também muitas vezes ouvimos dizer aos proprietários que o problema não está na tributação, está depois na falta de pagamento, nos despejos e noutras medidas que têm também que existir a acompanhar isto. Portanto, não creio que só esta redução da tributação resolva tudo, mas não deixa de ser também um incentivo. Um senhorio que sabe que tem estes riscos e que até quis tirar as suas casas do mercado, se calhar com uma tributação de 10%, já equaciona voltar a trazê-las.

**to das mais-valias, há alguns cuidados que quem está a fazer este tipo de transações deva ter?**

Existem muitas condições. Este pacote de habitação é positivo, mas quando o legislador legisla com muitos “ses”, traz-nos imensos problemas. Anos, contabilistas, imensos problemas na sua aplicação, prática do dia a dia; e ao cidadão comum traz imensas dúvidas e dificuldades. E o pacote de habitação tem, de facto, muitos pormenores, nomeadamente este das mais-valias e do reinvestimento que, como disse, penso que pode ter grande eficácia, porque temos mui-

**“No caso das mais-valias, tem de ser reinvestido todo o valor da venda do imóvel.”**

**“A casa tem de estar arrendada passados seis meses.”**

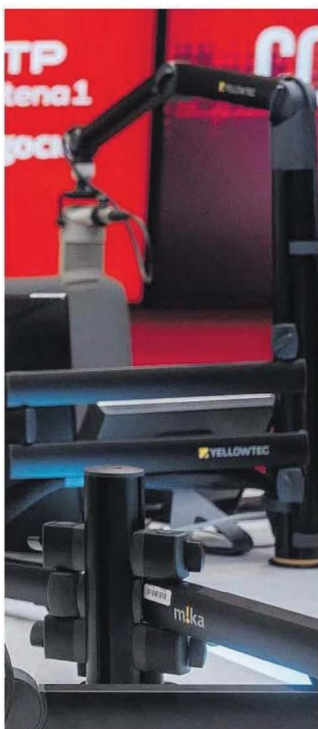
Em relação ao reinvestimen-

ID: 123420844

08-06-2026

**“A taxa reduzida de IVA na autoconstrução só se aplica à construção de raiz.”**

**“É obrigatório ter um contrato de empreitada reduzido a escrito.”**



tos imóveis fechados, parados, que assim podem ser disponibilizados [para o mercado de arrendamento]. Cuidados que há a ter: até agora, só havia isenção de mais-valias na venda da habitação própria e reinvestimento noutra habitação própria e permanente. Agora, permite-se que na venda de outros imóveis habitacionais seja reinvestida em imóveis que se destinam ao arrendamento e com rendas até 2.300 euros. Mas, os tais “ses”, para reinvestir tem de manter esta habitação cinco anos, porque se vender antes dos cinco anos tem de acabar por pagar a mais-valia que ficou isenta. E durante estes cinco anos,

pelo menos 36 meses, tem de ter o imóvel arrendado.

#### O reinvestimento tem de ser total?

Tem de ser reinvestido o valor de realização, ou seja, o total obtido pela venda. E isto é uma das questões que escapa muito ao cidadão comum. O que tem de reinvestir não é a diferença entre o que comprou e o que vendeu, é o valor pelo qual vendeu e não apenas a diferença em relação ao valor pelo qual comprou. Se o não fizer, vai ter uma tributação parcial. Imaginemos que vendeu por 600 mil euros um imóvel que tinha comprado por 300 mil, iria ter – simplificando muito – uma mais-valia de 300 mil. A tributação da mais-valia incide sobre esta diferença, portanto, sobre os 300. E há muito a ideia de que só tem de reinvestir os 300 porque é isso sobre o qual vai incidir a mais-valia. E não é assim. O reinvestimento tem de ser sempre sobre o valor da venda, neste caso os 600 mil euros. E se só reinvestir 300, o que vai acontecer é que vai ter uma tributação parcial. Metade vai ser tributada e a outra metade não será.

#### E a casa tem de ser logo arrendada?

É muito importante também perceber-se que este reinvestimento depois tem que se afetar a arrendamento até seis meses, portanto, tem que logo procurar alguém e pôr o imóvel no mercado. E mantê-la assim nos cinco anos seguintes em pelo menos 36 meses. Com a tal renda de até 2.300. Se não cumprir, tributa nessa altura e tem de corrigir aquilo que não foi tributado, com as consequências todas com os juros compensatórios do tempo em que o imposto não foi entregue. ■

## “IVA a 6% para autoconstrução tem imensas condicionantes”

A bastonária dos Contabilistas Certificados explica que a reabilitação por privados não está abrangida e que tem de haver um contrato de empreitada por escrito.

#### Ficou claro como é que vai funcionar a medida do IVA a 6% para habitação?

A medida do IVA dos 6% e da autoconstrução tem imensas condicionantes. É uma confusão enorme. Nós, Ordem, temos tentado explicar muito bem porque isto afeta diretamente os contabilistas na sua aplicação prática. E há tantas condicionantes que é efetivamente difícil.

#### Que cuidados há a ter na autoconstrução?

É só para habitação própria e permanente e só se aplica à construção, construção de raiz. Enquanto para o promotor também se aplica para a reabilitação, para a autoconstrução não é assim. Quem compra uma habitação e a vai remodelar ou mesmo reconstruir não beneficia desta possibilidade. Depois, isto só se aplica a contratos de empreitada.

#### O que é que isso significa?

O construtor fatura com os 23% do IVA e depois no fim da obra o particular é que vai ter de pedir a restituição. É esta questão do contrato de empreitada, além das faturas, é determinante. E tem de ser escrito. Isto não existe praticamente em Portugal. Os construtores civis não fazem contratos de empreitada. E

um orçamento não é um contrato de empreitada. Outro pormenor importante é que é muito normal existirem vários empreiteiros, para a obra, para a eletricidade... É obrigatório ter os vários contratos. Outra coisa é que é muito normal, na autoconstrução, o próprio particular comprar os materiais à parte e se o fizer terá de pagar os 23% de IVA, porque a taxa reduzida só se aplica nos contratos de empreitada. É também importante dizer que só se aplica a obras que não excedam no seu conjunto o valor dos 660.982 euros, que inclui tudo o que fica na casa, por exemplo, os móveis ou eletrodomésticos encastrados. Não é propriamente muito simples. Haverá todo um formulário para preencher que fica disponível em outubro.

#### No futuro podem colocar-se dúvidas, com o Fisco a definir como deve ser interpretada a lei?

Também vamos viver isso com certeza.

#### Já aconteceu em relação ao IVA da reabilitação.

Está sempre a acontecer. Esse é um dos problemas negatísimos da nossa relação com a Autoridade Tributária. E aqui em relação à autoconstrução, uma diferença de taxa de 23% para 6% é muitíssimo significativa. São 17 pontos sobre o valor das empreitadas, que normalmente são valores elevados. É muito importante que quem construa de raiz faça este exercício e se informe para não perder o benefício. ■

## Respostas rápidas

**PAULA FRANCO**  
Destemida.

**10 DE JUNHO**  
Um grande país, Portugal.

**ANTÓNIO JOSÉ SEGURO**  
Acho que nos vai trazer surpresas positivas.

**PRAIA**  
O que todos ansiamos nesta altura do ano.

**MEDO**  
Não devemos ter medo. A vida tem de ser feita de riscos.

**RECORDAÇÃO**  
De um país que continua a ser um país muito desejável, Portugal, e a recordação que temos dos tempos antigos tem que voltar para agora.

**CONTABILISTA**  
A melhor profissão.

**PORTUGAL**  
Um ótimo país para se viver, um país que tem imensas potencialidades.

ID: 123420844

08-06-2026

**PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS**

# “A Autoridade Tributária foca-se muito nela própria e pouco no cidadão”

Numa altura em que a diretora-geral da AT está de saída e se aguarda por quem a substituirá, Paula Franco defende que a instituição deve “mudar o chip” e colocar-se mais ao serviço de cidadãos e empresas, por forma a aumentar o cumprimento voluntário e reduzir a litigância.



**FILOMENA LANÇA**  
filomenalanca@negocios.pt  
**ROSÁRIO LIRA**  
Antena 1  
**SÉRGIO LEMOS**  
Fotografia

A bastonária aprova a nova prestação social única, mas diz que a medida tem de ser bem comunicada e as pessoas devidamente apoiadas e lamenta que o Estado se tenha afastado dos cidadãos em matéria de atendimento ao público.

**A Comissão Europeia considerou que a reforma dos benefícios fiscais, no âmbito do PRR, foi “limitada” e poderia ter ido mais longe e que Portugal poderia melhorar a eficácia do seu sistema. Concorda?**

Os benefícios fiscais são sempre um tema discutível, limitados no tempo e, portanto, sempre em reavaliação. E têm sempre um objetivo que é mudar comportamentos e nem sempre se verifica isso. É um equilíbrio importante e se

não induzirem comportamentos, de facto, não fazem sentido. A alteração ao SIFIDE, em relação ao investimento indireto, não teve a eficácia que era desejável e, portanto, foi corrigido. São uma matéria que deve ser sempre revista.

**Identifica alguma área, em relação às empresas, onde fosse importante aprofundar em termos de benefícios?**

Deve sempre reforçar-se a questão dos investimentos. Já existem benefícios fiscais, mas não são suficientes, e incentivar e trazer benefícios fiscais para as empresas que investem, que reestruturem as suas atividades, é importante. Criar mais riqueza também tem de ser um bocadinho através da alavancagem que as empresas têm de investirem e, portanto, os benefícios fiscais também devem estar muito direcionados para esses comportamentos.

**Faz sentido a nova prestação social única? Vê aqui alguma contrariedade ou alguma**

**confusão para o contribuinte, para o cidadão que beneficia destas prestações?**

Todos ouvimos falar de abusos e de situações que não serão desejáveis, num país em que não deve criar vícios nesta matéria. Não podemos ignorar que, de facto, existem problemas e reestruturar determinadas matérias é sempre positivo, mais que não seja para visitar o tema e para ver os abusos que existem e quando se muda a legislação normalmente detetam-se essas situações.

**A comunicação da mudança tem de ser cuidada?**

Questões de prestações sociais, são sempre muito complexas, não são fáceis para o cidadão comum, muito menos para quem está em dificuldade quando precisa delas.

E, de facto, aí acho que o Estado tem-se afastado muito do cidadão, nomeadamente nos atendimentos. O que vemos é um Estado cada vez mais a trabalhar através de sistemas informáticos e não através de pessoas. O atendimento público é cada vez mais difícil e para este tipo de situações isso não facilita a interação que tem de haver com as pessoas que têm dificuldades.

**A diretora da Autoridade Tributária (AT) está de saída. O que é que espera do perfil do novo responsável e o que é que não correu bem e devia mudar?**

A AT é uma administração muitíssimo organizada e todo o sistema está muitíssimo bem montado. Mas foca-se muito nela própria e pouco no cidadão. Tem

que ver com o sistema. Mas as pessoas também mudam esta perceção, não é? A forma como lidamos depois e invertemos esta perceção do cidadão e a forma como resolvemos estar mais virados para o cidadão, mais ao serviço do cidadão, em vez de estar ao serviço da AT. As obrigações são cumpridas para o Estado e não para as empresas e para o cidadão. Portanto, tem de haver uma inversão da forma como se faz todo este processo junto das entidades públicas. E na AT, que claramente é uma entidade muitíssimo bem estruturada, muitíssimo bem organizada, mas que não está ao serviço do cidadão e das empresas. E tem de mudar este “chip”. Portanto, quem vier tem de ter essa preocupação. De pôr efetivamente uma Autoridade Tributária a servir o cidadão para que o cumprimento voluntário seja cada vez mais uma realidade e não a litigância e para que seja possível eliminar muita da litigância que existe com a AT. Portanto, uma visão muito para o cidadão e para as empresas. ■

**“O Estado tem-se afastado muito do cidadão, nomeadamente nos atendimentos.”**

CONVERSA CAPITAL  
PAULA FRANCO

# “Há milhares de declarações de IRS por liquidar”

Bastonária dos Contabilistas diz que a carteira digital para as empresas está parada desde janeiro.

P. 4 a 8

